

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARIUNA - SP

Termo de Referência 61/2026

Informações Básicas

| | | | |
|--------------------|--|-------------------------|--------------------------|
| Número do artefato | UASG | Editado por | Atualizado em |
| 61/2026 | 986595-PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARIUNA - SP | NICOLAS MENEGON VOLPATO | 03/03/2026 10:29 (v 0.4) |
| Status | | | |
| CONCLUIDO | | | |

Outras informações

| | | |
|--|-----------------------|-------------------------|
| Categoria | Número da Contratação | Processo Administrativo |
| II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo | | 831 |

1. Definição do objeto

Abertura de certame licitatório visando o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de Kits de Uniformes Escolares para atender as necessidades das unidades escolares da Secretaria Municipal de Educação da Jaguariúna – SP, pelo período de 12 (doze) meses podendo se estender por mais 12 meses conforme a lei 14.133 /2021, para entrega parcelada.

ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES

| LOTE | OBJETO | QDADE KITS | COMPOSIÇÃO DO KIT |
|------|--|------------|--|
| 1 | KIT DE UNIFORMES ESCOLARES DE BERÇÁRIO I, BERÇÁRIO II E MATERNAL - CEI | 5.874 KITS | 02 (Duas) Camisetas Mangas Curtas (Modelo A) |
| | | | 01 (Uma) Camiseta Regata (Modelo B) |
| | | | 01 (Uma) Calça |
| | | | 01 (Uma) Jaqueta |
| | | | 01 (Uma) Bermuda |
| | | | 02 (Duas) Camisetas Mangas Curtas (Modelo C) |
| | | | 01 (Uma) Camiseta Regata (Modelo D) |
| 2 | KIT DE UNIFORMES ESCOLARES PRÉ-1 E PRÉ-2 - EMEI | 3.410 KITS | 01 (Uma) Calça |
| | | | 01 (Uma) Jaqueta |

| | | | |
|---|--|------------|--|
| | | | 01 (Uma) Bermuda |
| | | | 02 (Duas) Camisetas Mangas Curtas (Modelo C) |
| | | | 01 (Uma) Camiseta Regata (Modelo D) |
| 3 | KIT DE UNIFORMES ESCOLARES DO ENSINO FUNDAMENTAL I | 7.168 KITS | 01 (Uma) Calça |
| | | | 01 (Uma) Jaqueta |
| | | | 01 (Uma) Bermuda |
| | | | 02 (Duas) Camisetas Mangas Curtas (Modelo C) |
| | | | 01 (Uma) Camiseta Regata (Modelo D) |
| 4 | KIT DE UNIFORMES ESCOLARES DO ENSINO FUNDAMENTAL II | 5.816 KITS | 01 (Uma) Calça |
| | | | 01 (Uma) Jaqueta |
| | | | 01 (Uma) Bermuda |
| | | | 03 (Três) Camisetas Mangas Curtas (Modelo C) |
| | | | 01 (uma) Calça |
| 5 | KIT DE UNIFORMES ESCOLARES - CEJA | 200 KITS | 01 (uma) Jaqueta |
| | | | 01 (Uma) Bermuda |

OBSERVAÇÃO: OS PRODUTOS QUE COPÕE O KIT DE UNIFORMES, DEVERÃO SER ENTREGUES SEPARADOS POR ALUNO, INSERIDOS EM UMA EMBALAGEM PLÁSTICA TRANSPARENTE

As quantidades totais de cada item serão divididas em lotes, de acordo com a necessidade e especificações, conforme descrito no ANEXO I.

O processo foi realizado sem a adoção das cotas de 25% para ME e EPP, por conta da necessidade de a Administração Pública necessitar que cada lote não possua diferenças em sua produção, assim vislumbrando a padronização dos uniformes para cada uma das faixas atendidas, mantendo o princípio da isonomia de condições e oportunidades a todos os alunos.

Este item NÃO se enquadra como um item de Luxo

Os quantitativos de cada lote foram baseados no quantitativos de alunos matriculados nas unidades escolares, mas como as matrículas não são algo fixo resolvemos utilizar o sistema de Registro de Preço e conforme planejado pela administração ter duas entregas, uma entrega ainda no Primeiro semestre de 2025 e a segunda seria para o início de 2026 dentro do Planejamento da Prefeitura Municipal de Jaguariúna.

2. Fundamentação da contratação

JUSTIFICATIVA DA ADOÇÃO DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Considerando que a contratação mediante Sistema de Registro pode ser adotada quando for conveniente a aquisição de bens/serviços com previsão de entregas parceladas/fornecimento, o que se encaixa perfeitamente a esta licitação. Considerando que se trata de estimativa de aquisição, sugere-se a modalidade Pregão Eletrônico por Registro de Preços, com previsão de consumo para 12 meses podendo se estender por mais 12 meses conforme a lei 14.133/2021, ajustando-se aos recursos orçamentários, minimizando futuros imprevistos e evitando possíveis prejuízos à Administração, com uma contratação que atenda as reais necessidades, sem restar desperdícios, bem como sem causar interrupção da execução dos serviços.

Considerando que a opção pelo SRP tem como um de seus objetivos principais o princípio da economicidade, que em termos práticos significa ganhos reais na economia de recursos financeiros, uma vez que a aquisição /contratação poderá ser gradativa, de acordo com a necessidade da Administração. Considerando ainda que se faz entender que a utilização de SRP está justificada, pois a Administração Pública está indicando o objeto que pretende adquirir/contratar e informando os quantitativos estimados e máximos pretendidos. Ressalta-se que, diferentemente da licitação convencional, não há o compromisso assumido de contratação, nem mesmo de utilização dos quantitativos estimados.

O SRP constitui um importante instrumento de gestão, onde as demandas são incertas, frequentes ou de difícil mensuração.

JUSTIFICATIVA DO AGRUPAMENTO EM LOTES

O não parcelamento do objeto em itens, nesse caso se demonstra técnica e economicamente viável, já que os lotes foram feitos conforme natureza/característica do objeto, e não tem finalidade de reduzir o caráter competitivo da licitação, visa tão somente assegurar a gerência segura da contratação, e principalmente, assegurar não só a mais ampla competição necessária em um processo licitatório, mas também atingir a sua finalidade efetividade que é a de atender a contento as necessidades da Administração Pública. A escolha da divisão dos itens em lote justifica-se em virtudes das características dos materiais, eficiência na fiscalização dos contratos e pela celeridade na conclusão de seu processo licitatório.

Por fim, ressalte-se que, no presente caso, a licitação dar-se-á em **menor preço por lote**, pois será mais satisfatória do ponto de vista da eficiência técnica, em virtude da possibilidade de menor concentração da responsabilidade pela fiscalização adequada da aquisição em um número menor de empresas, permitindo melhores resultados. Entende-se que a execução da operacionalidade e gestão do contrato a ser celebrado, bem como a execução do objeto a ser adquirido, poderão ser prejudicados caso haja o parcelamento do objeto por itens, pois certamente tornará mais complexa a logística de execução dos mesmos, com dispêndio de mais capital humano e ‘recursos financeiros para garantir a perfeita execução das atividades.

3. Descrição da solução

A educação é prioridade em qualquer nação avançada. Propiciar um ambiente escolar seguro e favorável às condições de ensino transcende o espaço físico da escola. O uniforme escolar é parte integrante desse ambiente e deve ser repensado sobre a ótica do conforto, da durabilidade, dos custos e também da segurança, devendo ser um símbolo de respeito aos nossos alunos.

Um uniforme padronizado e perene, distingue e ao mesmo tempo integra o aluno à instituição a que pertence, refletindo no comportamento, na identidade visual e no seu estímulo pedagógico.

Há muito tempo as nações do mundo desenvolvido adotaram uniformes que ultrapassam décadas e se constituem como uma forma de identificação dos alunos lhes confere status e garante segurança ao corpo discente favorecendo um sentimento de pertencimento ao grupo social, fundamental para o desenvolvimento da criança.

É preciso ainda ressaltar a praticidade e economia que o uniforme escolar proporciona aos pais e responsáveis, e a adoção de um modelo que se repete por anos consecutivos, permite a reutilização de peças em bom estado, sem o desconforto de manter no mesmo ambiente, alunos com modelos e cores variadas de camisetas.

Todas as escolas mais tradicionais de nossa região mantêm o mesmo padrão de uniforme escolar há décadas, alterando apenas características de conforto, fazendo com que o uniforme seja reconhecido socialmente, tornando-se assim um símbolo para nossa cidade de orgulho e respeito à rede de ensino de nosso município.

A entrega dos uniformes escolares vem por atender o anseio da população, bem como colocar todos os alunos no mesmo nível social para o aprendizado, evitando-se desvios de atenção para com o traje que cada um veste, assim dando a real oportunidade de todos vivenciarem um momento de comunidade.

Esta ação também tem reflexos sociais positivos, e faz parte da avaliação do índice I-EDUC, que compõe o IEGM do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, fazendo com que o município melhore sua posição no índice, o qual reflete o desenvolvimento da educação aplicada na cidade.

4. Requisitos da contratação

Entregar os itens a serem licitados, definidos neste termo de Referência de acordo com a legislação pertinente, sendo vedadas soluções alternativas para consecução do objeto, ressaltando as hipóteses de expressa anuência por parte da administração;

Entregar o objeto no prazo de 30 dias, contados do (a) emissão do empenho, em remessa única conforme especificado e dentro do prazo de entrega estipulado neste Termo de Referência;

O pagamento será efetuado até o 30 (trinta) dias posterior à data de emissão da Nota Fiscal Eletrônica;

Em sujeição às normas técnicas, os equipamentos devem atender aos requisitos mínimos de utilidade, resistência e segurança e atender às normas técnicas aplicáveis ao objeto e divulgadas por órgãos oficiais competentes.

Para o fornecimento dos materiais, objeto deste Termo de Referência, a contratada deverá observar, no que couber, os critérios de sustentabilidade ambiental, contidos na Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – SLTI/MPOG e no Decreto n.º 7.746, de 05/06/2012, da Casa Civil, da Presidência da República.

A Contratada deverá enviar Nota Fiscal Eletrônica para o e-mail, com cópia para **adm.seduc@jaguariuna.sp.gov.br**.

A contratada deverá entregar os itens e seus quantitativos, quando da solicitação da Contratante, em remessa única, nos endereços especificados no ANEXO II;

A contratada deverá assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica sobre a qualidade e especificação dos produtos que serão entregues;

A contratada deverá fornecer diretamente o objeto, não podendo transferir a responsabilidade pelo objeto licitado para nenhuma outra empresa ou instituição de qualquer natureza;

Nos valores propostos deverão estar inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens;

A proposta da contratada deverá ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal. Deverá ainda conter a indicação do banco, número da conta e agência, para fins de pagamento;

A empresa deverá apresentar material constituído e embalado com critérios socioambientais vigentes decorrentes da Lei n.º 6.938/81 e regulamentos, com os respectivos registros e comprovações oficiais, além de atentar para as exigências da Política de Resíduos Sólidos.

Responder pelos danos causados diretamente a Administração Pública Municipal de Jaguariúna ou a seus bens, ou ainda a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do objeto.

Entregar materiais novos, de primeiro uso, em conformidade com as especificações estabelecidas no instrumento convocatório, em quantidade e qualidade, nos prazos e forma estabelecidos;

Substituir, no prazo máximo de 20 dias úteis os materiais:

Que não estiverem em conformidade com as especificações;

Em que forem detectados defeitos de fabricação ou de má qualidade.

Ressarcir os danos causados, direta ou indiretamente, a Administração Pública Municipal ou a terceiros, decorrentes de:

Culpa ou dolo, durante a entrega do material;

Defeito ou má qualidade dos materiais, verificada durante sua utilização, independentemente da ocorrência do recebimento definitivo.

5. Modelo de execução do objeto

Condições de Entrega

Os produtos deverão ser entregues em 30 (trinta) dias, após emissão de ordem de fornecimento e mediante emissão da NF na data de entrega e enviada para o email adm.seduc@jaguariuna.sp.gov.br.

Os locais de entrega estão especificados no ANEXO II , horário de entrega das 8:00 às 12:00 e 13:00 às 17: 00, de segunda a sexta-feira respeitando os dias úteis da Prefeitura Municipal de Jaguariúna.

Condições de Recebimento

O recebimento provisório do objeto, para efeito de posterior verificação da sua conformidade com as especificações e caráter de URGENCIA, será realizado no ato da entrega pelo responsável ou qualquer colaborador instruído para os recebimentos.

O recebimento definitivo será realizado pelo Responsável do local no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório.

No ato de entrega do objeto, o fornecedor deve apresentar documento fiscal válido correspondente ao fornecimento.

Todos os produtos entregues no recebimento deverão apresentar o mesmo padrão de qualidade, resistência e condições especificados no TR, seguindo exatamente as especificações técnicas.

Se, após o recebimento provisório, constatar-se que os equipamentos e insumos foram entregues em desacordo com a proposta, com defeito, fora de especificação ou incompletos, o fornecedor será notificado.

Nesse caso, serão interrompidos os prazos de recebimento e suspenso o pagamento até que sanada a situação, quando ocorrerá um novo recebimento provisório e o reinício de contagem dos prazos, se for o caso.

Todos os itens entregues devem estar conformidade com as especificações do Anexo I e Anexo IV

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO:

As peças serão avaliadas, sendo considerados os critérios objetivos e visuais de avaliação, tais como:

Costuras (pontos soltos, falhados, tortos, tipo de máquina usada)

Tecidos (textura, cor, acabamento)

Estampas (definição, fixação)

Etiquetas (etiqueta do fabricante / fornecedor, composição do tecido)

Aviamentos (qualidade do elástico, linhas, zíperes e galões).

O não atendimento, ou não apresentação de algum item, implicará automaticamente na desclassificação da licitante, e será requisitada amostra das próximas licitantes classificadas com menor preço na etapa de lance, até ser classificada empresa que atenda plenamente às exigências do edital.

Serão consideradas aprovadas as amostras que atenderem todos os critérios técnicos exigidos nas especificações do presente Termo de Referência;

Deverá ser apresentado ainda, atestado (s) de capacidade técnica fornecido (s) por pessoa (s) jurídica (s) de direito público ou privado, que comprovem que a licitante executou, a contento, fornecimentos da natureza e vulto similares ao desta licitação, entendendo como similares àquelas que compreendam NO MÍNIMO 50% (cinquenta por cento) DA EXECUÇÃO DE CADA ITEM DA PRESENTE LICITAÇÃO.

Amostras

As amostras serão solicitadas no prazo para entrega de até 15 (quinze) dias úteis à empresa declarada vencedora, em tamanho:

LOTE 1: TAMANHO 04

LOTE 2: TAMANHO 10

LOTE 3: TAMANHO 16

LOTE 4: TAMANHO P

LOTE 5: TAMANHO G

As amostras deverão estar devidamente identificadas com o nome do licitante, tamanho, sua marca, número de referência, código do produto e modelo;

Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados pela equipe responsável pela análise, bem como submetidos aos testes necessários;

Os licitantes deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso;

As amostras serão analisadas com base nos seguintes critérios OBJETIVOS: Etiquetas conforme Normas Técnicas em vigor, atendimento das medidas indicadas e suas respectivas tolerâncias, defeitos de fabricação, gramatura, construção, composição, densidade, títulos dos fios, ligamento e demais requisitos mínimos de desempenho a para a aceitabilidade dos materiais conforme Normas Técnicas e valores indicados, atendimento dos requisitos técnicos de fabricação, conforme instruções de fabricação, desenhos, layouts, detalhes de acabamento, construção e demais características técnicas, sendo aceitas como válidas aquelas que atenderem às exigências do Termo de Referência.

Serão consideradas aprovadas as amostras que atenderem todos os critérios técnicos exigidos nas especificações do presente Termo de Referência;

Caso as amostras sejam aprovadas, poderão ser contabilizadas como uma unidade fornecida;

Deverão ser apresentados, juntamente com as amostras, os respectivos ensaios têxteis, emitidos por laboratório acreditado ao INMETRO, em nome da licitante, ou marca indicada na proposta, conforme ABNT ISO 139, devendo os ensaios de cada tecido possuírem o mesmo sequencial e nomenclatura (referência da amostra ou nome da amostra), garantido assim se tratar do referido tecido e também 1(um) metro de cada tecido utilizado, pois caso haja alguma dúvida a administração poderá encaminhá-los para análise técnica.

Após a etapa de lances, a licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar no lote, deverá encaminhar 01 (uma) amostra de cada item constante no lote conforme listado anteriormente no prazo de até 15 (quinze) dias úteis.

NÃO SERÁ SOLICITADA PERSONALIZAÇÃO, não sendo obrigatória apresentação dos nomes e brasões deste município, sendo ACEITO DE QUALQUER OUTRA MUNICIPALIDADE, desde que atenda na íntegra o edital.

A (s) amostra (s) apresentada (s) NÃO SERÁ (ÃO) DEVOLVIDA (S), pois será (ão) submetida (s) à análise e posterior comparação com os entregues pela licitante vencedora.

As amostras serão avaliadas por responsáveis da Secretaria de Educação, onde serão analisadas as medidas dimensionais, etiquetas, documentos referentes as normas exigidas e demais especificações visuais contidas no memorial descritivo, após será elaborado relatório para qualificação das mesmas.

A (s) amostra (s) deve (m) estar identificada (s) com a Razão Social da licitante e o item correspondente.

CASO A PREFEITURA JULGUE NECESSÁRIO, a amostra apresentada poderá ser enviada para um laboratório capacitado e acreditado pelo INMETRO, a fim de comprovar se as amostras apresentadas estão de acordo com o que dispõe o edital e os laudos apresentados. O custo da análise, se houver, será de responsabilidade da empresa declarada como vencedora do certame.

Os correspondentes laudos de ensaios têxteis, emitidos por laboratório acreditado pelo INMETRO, em nome da licitante ou da marca indicada na proposta, em conformidade com a norma ABNT ISO 139 e observadas as exigências previstas neste instrumento, deverão ser apresentados **na fase de entrega das amostras**, constituindo-se **item obrigatório para fins de aprovação** do produto ofertado.

LAUDOS TÊXTEIS:

| ENSAIOS TECIDO CAMISETAS REGATAS | | | |
|--|---|---|--------------------------------|
| ENSAIO | NORMA | RESULTADO | TOLERÂNCIA |
| ANÁLISE QUALITATIVA E ANÁLISE QUANTITATIVA | IT-ETV 242 ABNT NBR 13538:1995 IT-ETV 243 ABNT NBR 11914:1992 AATCC 20:2021 ABNT NBR 12744:1992 ASTM D-276:2012 ASTM D-629:2015 AATCC 20A:2021 | 67% POLIÉSTER 33% VISCOSE | +/- 3% |
| GRAMATURA | ABNT NBR 10591:2008 ABNT NBR 12984:2009 ISO 9073-1:1989 | 170,00 G/M² | +/- 5% |
| NÚMERO DE CARREIRAS/CURSOS E COLUNAS EM TECIDOS DE MALHA (DENSIDADE DE TECIDOS DE MALHA) | ABNT NBR 12060:1991 | 15 COLUNA / CM 22 CARREIRAS / CM | +/- 1 CARREIRAS / COLUNA |
| DETERMINAÇÃO DO TÍTULO DE FIOS | ABNT NBR 13214:1994 | 25Ne | +/- 5% |
| LIGAMENTO | NBR 12996/93 e 12546/91 | MEIA MALHA | NÃO SE APLICA |
| RESISTÊNCIA À FORMAÇÃO DE PILLING - MÉTODO MARTINDALE | ISO 12945-2:2020 ASTM D4970 / D4970M: 2022 (125 CICLOS) | 4 | MÍNIMO |
| RESISTÊNCIA À ABRASÃO (MARTINDALE) | ISO 12947-2:2016 ASTM D4966:2022 | SEM ROMPIMENTO DE FIO (PRESSÃO 9,0 KPA) | MÍNIMO |
| ESPESSURA | ISO 5084:1996; ABNT NBR 13371:2005 | 0,55MM | +/-5% |
| ALTERAÇÕES DIMENSIONAIS DE TECIDOS | ABNT NBR 10320:1988 AATCC 135:2018 ISO 5077:2007 AATCC 150:2018 | -3,5% TRANSVERSAL -4,5% LONGITUDINAL | MÁXIMO |
| SOLIDEZ DA COR DE TÊXTEIS SOB A AÇÃO DO ALVEJAMENTO COM HIPOCLORITO | ABNT NBR ISO 105-N01:2014 AATCC 188: 2017 | ALTERAÇÃO NOTA 4 | MÍNIMO |

| | | | |
|--------------------------------------|---------------------------------|---------------------|--------|
| SOLIDEZ DE COR AO SUOR | NBR ISO 105 E04 | ALTERAÇÃO NOTA 4 | MÍNIMO |
| SOLIDEZ AO FERRO DE PASSAR QUENTE | NBR 10188 | ALTERAÇÃO NOTA 4 | MÍNIMO |
| SOLIDEZ DE COR – LAVAGEM DOM. E COM. | (10 ESFERAS) NBR ISO 105 C06 | ALTERAÇÃO NOTA 4 | MÍNIMO |
| RESISTÊNCIA AO ESTOURO | ASTM-D-3786/23 | RESISTÊNCIA 630 KPA | MÍNIMO |
| | | ALONGAMENTO 16MM | MÁXIMO |

| ENSAIOS TECIDO CAMISA DE MANGAS CURTAS | | | |
|--|---|---|--------------------------------|
| ENSAIO | NORMA | RESULTADO | TOLERÂNCIA |
| ANÁLISE QUALITATIVA E ANÁLISE QUANTITATIVA | IT-ETV 242 ABNT NBR 13538:1995 IT-ETV 243 ABNT NBR 11914:1992 AATCC 20:2021 ABNT NBR 12744:1992 ASTM D-276:2012 ASTM D-629:2015 AATCC 20A:2021 | 67% POLIÉSTER 33% VISCOSE | +/- 3% |
| GRAMATURA | ABNT NBR 10591:2008 ABNT NBR 12984:2009 ISO 9073-1:1989 | 170,00 G/M² | +/- 5% |
| NÚMERO DE CARREIRAS/CURSOS E COLUNAS EM TECIDOS DE MALHA (DENSIDADE DE TECIDOS DE MALHA) | ABNT NBR 12060:1991 | 15 COLUNA / CM 22 CARREIRAS / CM | +/- 1 CARREIRAS / COLUNA |
| DETERMINAÇÃO DO TÍTULO DE FIOS | ABNT NBR 13214:1994 | 25Ne | +/- 5% |
| LIGAMENTO | NBR 12996/93 e 12546/91 | MEIA MALHA | NÃO SE APLICA |
| RESISTÊNCIA À FORMAÇÃO DE PILLING - MÉTODO MARTINDALE | ISO 12945-2:2020 ASTM D4970 / D4970M: 2022 (125 CICLOS) | 4 | MÍNIMO |
| RESISTÊNCIA À ABRASÃO (MARTINDALE) | ISO 12947-2:2016 ASTM D4966:2022 | | MÍNIMO |

| | | | |
|---|--|---|--------|
| | | SEM ROMPIMENTO DE FIO (PRESSÃO 9,0 KPA) | |
| ESPESSURA | ISO 5084:1996; ABNT NBR 13371:2005 | 0,55MM | +/-5% |
| ALTERAÇÕES DIMENSIONAIS DE TECIDOS | ABNT NBR 10320:1988 AATCC 135:2018 ISO 5077:2007 AATCC 150:2018 | -3,5% TRANSVERSAL -4,5% LONGITUDINAL | MÁXIMO |
| SOLIDEZ DA COR DE TÊXTEIS SOB A AÇÃO DO ALVEJAMENTO COM HIPOCLORITO | ABNT NBR ISO 105-N01:2014 AATCC 188: 2017 | ALTERAÇÃO NOTA 4 | MÍNIMO |
| SOLIDEZ DE COR AO SUOR | NBR ISO 105 E04 | ALTERAÇÃO NOTA 4 | MÍNIMO |
| SOLIDEZ AO FERRO DE PASSAR QUENTE | NBR 10188 | ALTERAÇÃO NOTA 4 | MÍNIMO |
| SOLIDEZ DE COR – LAVAGEM DOM. E COM. | (10 ESFERAS) NBR ISO 105 C06 | ALTERAÇÃO NOTA 4 | MÍNIMO |
| RESISTÊNCIA AO ESTOURO | ASTM-D-3786/23 | RESISTÊNCIA 630 KPA | MÍNIMO |
| | | ALONGAMENTO 16MM | MÁXIMO |

| ENSAIOS TECIDO HELANCA - JAQUETA | | | |
|--|--|----------------|----------------|
| ENSAIO | NORMA | RESULTADO | TOLERÂNCIA |
| ANÁLISE QUALITATIVA E ANÁLISE QUANTITATIVA | IT-ETV 242 ABNT NBR 13538:1995 IT-ETV 243 ABNT NBR 11914:1992 AATCC 20: 2021 ABNT NBR 12744:1992 ASTM D-276: 2012 ASTM D-629:2015 AATCC 20A:2021 | 100% POLIÉSTER | +/- 3% (MASSA) |
| GRAMATURA | ABNT NBR 10591:2008 ABNT NBR 12984:2009 ISO 9073-1:1989 | 265,00 G/M² | +/- 5% |

| | | | |
|---|---|---|-----------------------------|
| NÚMERO DE CARREIRAS /CURSOS E COLUNAS EM TECIDOS DE MALHA (DENSIDADE DE TECIDOS DE MALHA) | ABNT NBR 12060:1991 | 15 COLUNA / CM 19 CARREIRAS / CM | +/- 1 CARREIRAS / COLUNA |
| DETERMINAÇÃO DO TÍTULO DE FIOS | ABNT NBR 13214:1994 | 32Ne | +/- 5% |
| LIGAMENTO | NBR 12996/93 e 12546/91 | INTERLOQUE SIMPLES | NÃO SE APLICA |
| RESISTÊNCIA À ABRASÃO (MARTINDALE) | ISO 12947-2:2016 ASTM D4966:2022 | SEM ROMPIMENTO DE FIO (PRESSÃO 9,0 KPA) | MÍNIMO |
| ESPESSURA | ISO 5084:1996; ABNT NBR 13371:2005 | 0,78MM | +/-5% |
| ALTERAÇÕES DIMENSIONAIS DE TECIDOS | ABNT NBR 10320:1988 AATCC 135: 2018 ISO 5077:2007 AATCC 150:2018 | -1,5% TRANSVERSAL -0,5% LONGITUDINAL | MÁXIMO |
| SOLIDEZ DA COR DE TÊXTEIS SOB A AÇÃO DO ALVEJAMENTO COM HIPOCLORITO | ABNT NBR ISO 105-N01:2014 AATCC 188:2017 | ALTERAÇÃO NOTA 4 | MÍNIMO |
| SOLIDEZ DE COR AO SUOR | NBR ISO 105 E04 | ALTERAÇÃO NOTA 4/5 | MÍNIMO |
| SOLIDEZ AO FERRO DE PASSAR QUENTE | NBR 10188 | ALTERAÇÃO NOTA 4/5 | MÍNIMO |
| SOLIDEZ DE COR – LAVAGEM DOM. E COM. | (10 ESFERAS) NBR ISO 105 C06 | ALTERAÇÃO NOTA 4/5 | MÍNIMO |
| RESISTÊNCIA AO ESTOURO | ASTM-D-3786/23 | RESISTÊNCIA 380 KPA | MÍNIMO |
| | | ALONGAMENTO 65MM | MÁXIMO |

| ENSAIOS PUNHO JAQUETA | | | |
|-----------------------|--------------------------------|-----------|------------|
| ENSAIO | NORMA | RESULTADO | TOLERÂNCIA |
| | IT-ETV 242 | | |
| | ABNT NBR 13538:1995 IT-ETV 243 | | |

| | | | |
|---|--|---|--------------------------------|
| ANÁLISE QUALITATIVA E ANÁLISE QUANTITATIVA | ABNT NBR 11914:1992 AATCC 20: 2021 ABNT NBR 12744:1992 ASTM D-276: 2012 ASTM D-629:2015 AATCC 20A:2021 | 98% POLIÉSTER 2% ELASTANO | +/- 3% (MASSA) |
| GRAMATURA | ABNT NBR 10591:2008 ABNT NBR 12984:2009 ISO 9073-1:1989 | 540,00 G/M² | +/- 5% |
| NÚMERO DE CARREIRAS /CURSOS E COLUNAS EM TECIDOS DE MALHA (DENSIDADE DE TECIDOS DE MALHA) | ABNT NBR 12060:1991 | 18 COLUNA / CM 25 CARREIRAS / CM | +/- 1 CARREIRAS / COLUNA |
| DETERMINAÇÃO DO TÍTULO DE FIOS | ABNT NBR 13214:1994 | 32Ne | +/- 5% |
| LIGAMENTO | NBR 12996/93 e 12546/91 | RIBANA | NÃO SE APLICA |
| RESISTÊNCIA À ABRASÃO (MARTINDALE) | ISO 12947-2:2016 ASTM D4966:2022 | SEM ROMPIMENTO DE FIO (PRESSÃO 9,0 KPA) | MÍNIMO |
| ESPESSURA | ISO 5084:1996; ABNT NBR 13371: 2005 | 1,25MM | +/-5% |
| ALTERAÇÕES DIMENSIONAIS DE TECIDOS | ABNT NBR 10320:1988 AATCC 135: 2018 ISO 5077:2007 AATCC 150:2018 | -/+0,5% TRANSVERSAL -1,2% LONGITUDINAL | MÁXIMO |
| SOLIDEZ DA COR DE TÊXTEIS SOB A AÇÃO DO ALVEJAMENTO COM HIPOCLORITO | ABNT NBR ISO 105-N01:2014 AATCC 188:2017 | ALTERAÇÃO NOTA 4 | MÍNIMO |
| SOLIDEZ DE COR AO SUOR | NBR ISO 105 E04 | ALTERAÇÃO NOTA 4/5 | MÍNIMO |
| SOLIDEZ AO FERRO DE PASSAR QUENTE | NBR 10188 | ALTERAÇÃO NOTA 4/5 | MÍNIMO |
| SOLIDEZ DE COR – LAVAGEM DOM. E COM. | (10 ESFERAS) NBR ISO 105 C06 | ALTERAÇÃO NOTA 3/4 | MÍNIMO |
| RESISTÊNCIA AO ESTOURO | ASTM-D-3786/23 | RESISTÊNCIA 300 KPA | MÍNIMO |
| | | | |

| | | | |
|--|--|------------------|--------|
| | | ALONGAMENTO 61MM | MÁXIMO |
|--|--|------------------|--------|

| ENSAIOS TECIDO HELANCA - CALÇA | | | |
|---|--|---|-----------------------------|
| ENSAIO | NORMA | RESULTADO | TOLERÂNCIA |
| ANÁLISE QUALITATIVA E ANÁLISE QUANTITATIVA | IT-ETV 242 ABNT NBR 13538:1995 IT-ETV 243 ABNT NBR 11914:1992 AATCC 20: 2021 ABNT NBR 12744:1992 ASTM D-276: 2012 ASTM D-629:2015 AATCC 20A:2021 | 100% POLIÉSTER | +/- 3% (MASSA) |
| GRAMATURA | ABNT NBR 10591:2008 ABNT NBR 12984:2009 ISO 9073-1:1989 | 265,00 G/M² | +/- 5% |
| NÚMERO DE CARREIRAS /CURSOS E COLUNAS EM TECIDOS DE MALHA (DENSIDADE DE TECIDOS DE MALHA) | ABNT NBR 12060:1991 | 15 COLUNA / CM 19 CARREIRAS / CM | +/- 1 CARREIRAS / COLUNA |
| DETERMINAÇÃO DO TÍTULO DE FIOS | ABNT NBR 13214:1994 | 32Ne | +/- 5% |
| LIGAMENTO | NBR 12996/93 e 12546/91 | INTERLOQUE SIMPLES | NÃO SE APLICA |
| RESISTÊNCIA À ABRASÃO (MARTINDALE) | ISO 12947-2:2016 ASTM D4966:2022 | SEM ROMPIMENTO DE FIO (PRESSÃO 9,0 KPA) | MÍNIMO |
| ESPESSURA | ISO 5084:1996; ABNT NBR 13371:2005 | 0,78MM | +/-5% |
| ALTERAÇÕES DIMENSIONAIS DE TECIDOS | ABNT NBR 10320:1988 AATCC 135: 2018 ISO 5077:2007 AATCC 150:2018 | -1,5% TRANSVERSAL -0,5% LONGITUDINAL | MÁXIMO |
| SOLIDEZ DA COR DE TÊXTEIS SOB A AÇÃO DO ALVEJAMENTO COM HIPOCLORITO | ABNT NBR ISO 105-N01:2014 AATCC 188:2017 | ALTERAÇÃO NOTA 4 | MÍNIMO |
| SOLIDEZ DE COR AO SUOR | NBR ISO 105 E04 | ALTERAÇÃO NOTA 4/5 | MÍNIMO |

| | | | |
|---|--|---|--------------------------------|
| | | | |
| SOLIDEZ AO FERRO DE PASSAR QUENTE | NBR 10188 | ALTERAÇÃO NOTA 4/5 | MÍNIMO |
| SOLIDEZ DE COR – LAVAGEM DOM. E COM. | (10 ESFERAS) NBR ISO 105 C06 | ALTERAÇÃO NOTA 4/5 | MÍNIMO |
| RESISTÊNCIA AO ESTOURO | ASTM-D-3786/23 | RESISTÊNCIA 380 KPA | MÍNIMO |
| | | ALONGAMENTO 65MM | MÁXIMO |
| ENSAIOS PUNHO CALÇA | | | |
| ENSAIO | NORMA | RESULTADO | TOLERÂNCIA |
| ANÁLISE QUALITATIVA E ANÁLISE QUANTITATIVA | IT-ETV 242 ABNT NBR 13538:1995 IT-ETV 243 ABNT NBR 11914:1992 AATCC 20: 2021 ABNT NBR 12744:1992 ASTM D-276: 2012 ASTM D-629:2015 AATCC 20A:2021 | 98% POLIÉSTER 2% ELASTANO | +/- 3% (MASSA) |
| GRAMATURA | ABNT NBR 10591:2008 ABNT NBR 12984:2009 ISO 9073-1:1989 | 540,00 G/M² | +/- 5% |
| NÚMERO DE CARREIRAS /CURSOS E COLUNAS EM TECIDOS DE MALHA (DENSIDADE DE TECIDOS DE MALHA) | ABNT NBR 12060:1991 | 18 COLUNA / CM 25 CARREIRAS / CM | +/- 1 CARREIRAS / COLUNA |
| DETERMINAÇÃO DO TÍTULO DE FIOS | ABNT NBR 13214:1994 | 32Ne | +/- 5% |
| LIGAMENTO | NBR 12996/93 e 12546/91 | RIBANA | NÃO SE APLICA |
| RESISTÊNCIA À ABRASÃO (MARTINDALE) | ISO 12947-2:2016 ASTM D4966:2022 | SEM ROMPIMENTO DE FIO (PRESSÃO 9,0 KPA) | MÍNIMO |
| ESPESSURA | ISO 5084:1996; ABNT NBR 13371: 2005 | 1,25MM | +/-5% |

| | | | |
|---|--|---|--------|
| ALTERAÇÕES DIMENSIONAIS DE TECIDOS | ABNT NBR 10320:1988 AATCC 135: 2018 ISO 5077:2007 AATCC 150:2018 | -/+0,5% TRANSVERSAL -1,2% LONGITUDINAL | MÁXIMO |
| SOLIDEZ DA COR DE TÊXTEIS SOB A AÇÃO DO ALVEJAMENTO COM HIPOCLORITO | ABNT NBR ISO 105-N01:2014 AATCC 188:2017 | ALTERAÇÃO NOTA 4 | MÍNIMO |
| SOLIDEZ DE COR AO SUOR | NBR ISO 105 E04 | ALTERAÇÃO NOTA 4/5 | MÍNIMO |
| SOLIDEZ AO FERRO DE PASSAR QUENTE | NBR 10188 | ALTERAÇÃO NOTA 4/5 | MÍNIMO |
| SOLIDEZ DE COR – LAVAGEM DOM. E COM. | (10 ESFERAS) NBR ISO 105 C06 | ALTERAÇÃO NOTA 3/4 | MÍNIMO |
| RESISTÊNCIA AO ESTOURO | ASTM-D-3786/23 | RESISTÊNCIA 300 KPA | MÍNIMO |
| | | ALONGAMENTO 61MM | MÁXIMO |

| ENSAIOS TECIDO GALÃO- CALÇA | | | |
|--|---|--------------------------------|----------------|
| ENSAIO | NORMA | RESULTADO | TOLERÂNCIA |
| ANÁLISE QUALITATIVA E ANÁLISE QUANTITATIVA | IT-ETV 242 ABNT NBR 13538:1995 IT-ETV 243 ABNT NBR 11914:1992 AATCC 20:2021 ABNT NBR 12744:1992 ASTM D-276: 2012 ASTM D-629:2015 AATCC 20A:2021 | 82% POLIAMIDA 18% POLIÉSTER | +/- 3% (MASSA) |
| GRAMATURA | ABNT NBR 10591:2008 ABNT NBR 12984:2009 ISO 9073-1:1989 | 270,00 G/M² | +/- 5% |
| LIGAMENTO | NBR 12996/93 e 12546/91 | MALHA TUBULAR | NÃO SE APLICA |

| ENSAIOS TECIDO HELANCA - BERMUDA/SHORT-SAIA | | | |
|---|--|--|--|
| | | | |

| ENSAIO | NORMA | RESULTADO | TOLERÂNCIA |
|---|--|---|-----------------------------|
| ANÁLISE QUALITATIVA E ANÁLISE QUANTITATIVA | IT-ETV 242 ABNT NBR 13538:1995 IT-ETV 243 ABNT NBR 11914:1992 AATCC 20: 2021 ABNT NBR 12744:1992 ASTM D-276: 2012 ASTM D-629:2015 AATCC 20A:2021 | 100% POLIÉSTER | +/- 3% (MASSA) |
| GRAMATURA | ABNT NBR 10591:2008 ABNT NBR 12984:2009 ISO 9073-1:1989 | 265,00 G/M² | +/- 5% |
| NÚMERO DE CARREIRAS /CURSOS E COLUNAS EM TECIDOS DE MALHA (DENSIDADE DE TECIDOS DE MALHA) | ABNT NBR 12060:1991 | 15 COLUNA / CM 19 CARREIRAS / CM | +/- 1 CARREIRAS / COLUNA |
| DETERMINAÇÃO DO TÍTULO DE FIOS | ABNT NBR 13214:1994 | 32Ne | +/- 5% |
| LIGAMENTO | NBR 12996/93 e 12546/91 | INTERLOQUE SIMPLES | NÃO SE APLICA |
| RESISTÊNCIA À ABRASÃO (MARTINDALE) | ISO 12947-2:2016 ASTM D4966:2022 | SEM ROMPIMENTO DE FIO (PRESSÃO 9,0 KPA) | MÍNIMO |
| ESPESSURA | ISO 5084:1996; ABNT NBR 13371:2005 | 0,78MM | +/-5% |
| ALTERAÇÕES DIMENSIONAIS DE TECIDOS | ABNT NBR 10320:1988 AATCC 135: 2018 ISO 5077:2007 AATCC 150:2018 | -1,5% TRANSVERSAL -0,5% LONGITUDINAL | MÁXIMO |
| SOLIDEZ DA COR DE TÊXTEIS SOB A AÇÃO DO ALVEJAMENTO COM HIPOCLORITO | ABNT NBR ISO 105-N01:2014 AATCC 188:2017 | ALTERAÇÃO NOTA 4 | MÍNIMO |
| SOLIDEZ DE COR AO SUOR | NBR ISO 105 E04 | ALTERAÇÃO NOTA 4/5 | MÍNIMO |
| SOLIDEZ AO FERRO DE PASSAR QUENTE | NBR 10188 | ALTERAÇÃO NOTA 4/5 | MÍNIMO |
| SOLIDEZ DE COR – LAVAGEM DOM. E COM. | (10 ESFERAS) NBR ISO 105 | ALTERAÇÃO NOTA 4/5 | MÍNIMO |

| | | | |
|------------------------|----------------|---------------------|--------|
| | C06 | | |
| RESISTÊNCIA AO ESTOURO | ASTM-D-3786/23 | RESISTÊNCIA 380 KPA | MÍNIMO |
| | | ALONGAMENTO 65MM | MÁXIMO |

| ENSAIOS TECIDO GALÃO - BERMUDA/SHORT-SAIA | | | |
|---|--|------------------------------------|----------------|
| ENSAIO | NORMA | RESULTADO | TOLERÂNCIA |
| ANÁLISE QUALITATIVA E ANÁLISE QUANTITATIVA | IT-ETV 242 ABNT NBR 13538:1995 IT-ETV 243 ABNT NBR 11914:1992 AATCC 20:2021 ABNT NBR 12744:1992 ASTM D-276: 2012 ASTM D-629:2015 AATCC 20A:2021 | 82% POLIAMIDA 18% POLIÉSTER | +/- 3% (MASSA) |
| GRAMATURA | ABNT NBR 10591:2008 ABNT NBR 12984:2009 ISO 9073-1:1989 | 270,00 G/M² | +/- 5% |
| LIGAMENTO | NBR 12996/93 e 12546/91 | MALHA TUBULAR | NÃO SE APLICA |

6. Modelo de gestão do contrato

O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros

Fiscalização

A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo (s) fiscal (is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).

No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).

O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

Fiscalização Administrativa

O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

Gestor do Contrato

O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. Critérios de medição e pagamento

Recebimento

Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente emitida no dia da entrega, pelo (a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 20 (vinte) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades no caso do não aceite ou substituição a nota fiscal deve ser cancelada e emitida uma posterior na data da nova entrega.

Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei 14.133/2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 10 (dez) dias úteis

O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertence à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

O prazo de validade;

A data da emissão;

Os dados do contrato e do órgão contratante;

O período respectivo de execução do contrato;

O valor a pagar; e

Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Forma de pagamento

Na entrega do objeto contratado, a CONTRATADA emitirá Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), a qual será visitada pelo fiscal deste Contrato, atesto e rubrica.

Devem ser indicados na Nota Fiscal Eletrônica (NF-e): a descrição do objeto fornecido, sua quantidade, e os números da agência e da conta bancária em que o pagamento deve ser realizado.

A conta bancária fornecida deverá estar no mesmo CNPJ da CONTRATADA

Não será aceita a indicação de conta poupança

O pagamento será efetuado até o 30 (trinta) dias posterior à data de emissão da Nota Fiscal Eletrônica.

O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

Havendo atraso no pagamento não decorrente de falhas no cumprimento das obrigações contratuais principais ou acessórias por parte da CONTRATADA, incidirá correção monetária com base no IPCA-E, bem como juros calculados no artigo 1º-F da Lei 9.494/97, incidentes "prórata temporis" sobre o atraso.

Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. Critérios de seleção do fornecedor

O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO por **KIT /LOTE**.

Forma de fornecimento

Exigências de habilitação

Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social

no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI /ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.

Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.licitardigital.com.br;

No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na

Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no

Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata

o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva

Habilitação fiscal, social e trabalhista

Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

Prova de inscrição no cadastro de contribuintes [Estadual/Distrital] relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

Prova de regularidade com a Fazenda [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

A regularidade para com a Fazenda Estadual deverá ser comprovada através de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa que contemplem os débitos inscritos e não inscritos na Dívida Ativa.

Qualificação Econômico-Financeira

Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;

Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um) Índice de Endividamento Geral (ET) menor ou igual a 0,50 apurados a partir dos dados expressos no Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis.

As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.

As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

Certidão Negativa de Pedido de Falência, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica dentro do prazo de validade previsto na própria certidão, ou na omissão desta, com antecedência máxima de 90 (noventa) dias contados da sua apresentação

Os índices econômicos indicados na Lei 14.133/21, notadamente no artigo 69, § 1º, destinam-se exclusivamente à seleção dos licitantes com capacidade econômico-financeira suficiente a assegurar a execução integral do Termo de Compromisso. O objetivo, portanto, é prevenir a Administração Pública para que empresas aventureiras e sem quaisquer responsabilidades ou respaldo financeiro, pudessem vir a participar e vencer o certame e, durante a execução da obrigação contratada, não apresente capacidade para concluir o objeto da obrigação. Por conseguinte, a exigência dos índices tem sua importância e relevância, também, considerando que a empresa deverá dotar-se de capacidade financeira para, além de cumprir com toda a obrigação contratual, ser capaz de suportar eventuais atrasos no pagamento.

Declaração, assinada por profissional habilitado, o qual se responsabilizará civil e criminalmente por sua veracidade, apresentando os índices contábeis

Qualificação Técnica

Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

Atestado (s) de capacidade técnica fornecido (s) por pessoa (s) jurídica (s) de direito público ou privado, que comprovem que a licitante executou, a contento, fornecimentos da natureza e vulto similares ao desta licitação, entendendo como similares àquelas que compreendam no mínimo 50% (cinquenta por cento) DA EXECUÇÃO DE CADA ITEM do lote ao qual o licitante está participando.

Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

a) ata de fundação;

b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;

c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;

e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e

f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

Os correspondentes laudos de ensaios têxteis, emitidos por laboratório acreditado pelo INMETRO, em nome da licitante ou da marca indicada na proposta, em conformidade com a norma ABNT ISO 139 e observadas as exigências previstas neste instrumento, deverão ser apresentados **na fase de entrega das amostras**, constituindo-se **item obrigatório para fins de aprovação** do produto ofertado.

9. Estimativas do Valor da Contratação

Valor (R\$): 7.169.543,44

Tabela com orçamentos e valor no **anexo III**

A solução está estimada em R\$ 7.169.543,44 (Sete milhões, cento e sessenta e nove mil, quinhentos e quarenta e três reais e quarenta e quatro centavos.) para um período de 12 meses.

O custo estimado da contratação possui caráter sigiloso e será tornado público apenas e imediatamente após o julgamento das propostas.

A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre contratante e contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato

Em caso de licitação para Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações (art. 25 do Decreto nº 11.462/2023):

Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

Serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

Poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

10. Adequação orçamentária

Os recursos orçamentários para pagamento do objeto oriundo deste Registro de Preços correrão por conta das rubricas orçamentárias:

DOTAÇÃO

274

02.09.01.12.365.0013.2068.3.3.90.30.00– RECURSO TESOIRO

02.09.01.12.365.0013.2068.3.3.90.30.00– RECURSOS FEDERAIS

292

02.09.02.12.365.0013.2069.3.3.90.30.00– RECURSO TESOIRO

02.09.02.12.365.0013.2069.3.3.90.30.00– RECURSOS FEDERAIS

192

02.09.03.12.361.0014.2061.3.3.90.30.00 – RECURSO TESOIRO

02.09.03.12.361.0014.2061.3.3.90.30.00 – RECURSOS FEDERAIS

11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

JULIANA GUIDI AMADEU

Autoridade competente

JOSE EMYGDIO DE OLIVEIRA NETO

Membro da comissão de contratação

EDUARDO RAMOS MEIRA

Membro da comissão de contratação

NICOLAS MENEGON VOLPATO

Membro da comissão de contratação